



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i2.1515>



O compromisso ético da história oral e a história oral de Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Ricardo Santhiago*

ORCID iD 0000-0001-5318-5801

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: O texto apresenta entrevista com a socióloga Olga Rodrigues de Moraes von Simson, nascida em 1943, sobre seu envolvimento com a história oral. Os principais temas de sua entrevista são: formação em nível de pós-graduação, relação com Maria Isaura Pereira de Queiroz, atuação como pesquisadora da Sociologia da Cultura, experiências iniciais com a história oral, pesquisas sobre o carnaval e o samba paulista, compromisso social da história oral, pesquisa interdisciplinar em Educação e Gerontologia.

Palavras-chave: História de vida. Sociologia. Relatos orais. Depoimentos.

The ethical commitment of Oral History and the Oral History of Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Abstract: This piece presents an interview with sociologist Olga Rodrigues de Moraes von Simson, born in 1943, about her involvement with oral history. The main topics of the interview are graduate training, relationship with Maria Isaura Pereira de Queiroz, research in the field of Sociology of Culture, initial experiences with oral history, research on São Paulo Carnival and samba, social commitment of oral history, interdisciplinary research in Education and Gerontology.

Keywords: Life story. Sociology. Oral reports. Testimonies.

Introdução

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: ricardo.santhiago@unifesp.br.

Em um de seus ensaios mais famosos, Alessandro Portelli – pesquisador e pensador de história oral com trabalho incontornável, um daqueles com os quais mais me identifico – oferece ao seu leitor uma frase da qual (ao menos quando tirada de seu contexto maior) já há certo tempo discordo ferrenhamente: “a primeira pessoa que fala em uma entrevista de história oral usualmente não é o entrevistado, mas o entrevistador” (2001, p. 18). Trata-se de uma frase encontrada em seu texto “História oral como gênero”, traduzido para a língua portuguesa em 2001 e publicado na revista *Projeto História*. Portelli, é claro, estava discutindo ali as relações de poder e autoridade envolvidas na produção de uma entrevista – relações que possuem historicidade, carga simbólica e implicações que constituem preocupações posicionadas bem no centro da produção desse autor.

Lembrei-me dessa frase, no entanto, em uma chave mais espirituosa, quando voltei em 2024 à transcrição e à gravação da entrevista que fiz com a socióloga Olga Rodrigues de Moraes von Simson, treze anos antes, em julho de 2011. Tanto o registro oral quanto o registro escrito transportaram-me à tarde de inverno com calor escaldante – como é típico da cidade de Campinas – na qual ela me recebeu em seu escritório no Centro de Memória Unicamp, o CMU. Ambos trabalhando com cultura e utilizando a história oral como método de destaque, nós já nos conhecíamos dos encontros científicos da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), com a pesquisa notável de Olga sobre o carnaval paulistano (Simson, 2007) agindo como referência e inspiração na minha dissertação de mestrado e no meu primeiro livro (Santhiago, 2009a, 2009b). Desta vez, eu a procurava para registrar sua trajetória no universo da história oral, área cuja história institucional e intelectual eu estava investigando para minha tese de doutorado (Santhiago, 2013a).

Nosso encontro foi alegre e caloroso, nutrido por curiosidade e respeito mútuo. Antes de começarmos a gravar, Olga me conduziu a um *tour* pelo Laboratório de História Oral, então sob responsabilidade técnica de Carlos Roberto de Souza, o simpático “Carlão”. Visitamos os outros setores do CMU e, ao retornarmos à sua sala, Olga não precisou de pergunta ou estímulo para começar a narrar sua trajetória. Pois bem: nesta entrevista, o entrevistador não foi o primeiro a falar. Estendendo para a situação de entrevista seu conhecido desembaraço, Olga assenhorou-se da palavra e por algumas horas ofereceu um relato implicado, crítico e honesto de seu envolvimento com a história oral. Sem resvalar para o polemismo, mostrou como tensões intelectuais expressaram-se concretamente em sua trajetória, examinou as posturas de colegas com que discorda, ilustrou (talvez sem querer) como a vida intelectual constrói-se no cruzamento geralmente acre entre projetos, desejos e circunstâncias.

A entrevista de Olga certamente é de interesse para todas e todos interessados em conhecer o trabalho de uma das pesquisadoras de história oral de maior destaque em sua geração – aquela que, a partir do impulso oferecido pelas experimentações de quem os precederam, “organizou o movimento” e transformou a utopia da história oral em uma metodologia e em uma área de pesquisa legitimadas e promissoras. Mas a

entrevista guarda, para além disso, outros encantos.

É particularmente delicioso, para alguém interessado nas sinuosidades de nossa abordagem, constatar outra vez que a história oral é um saber que se desenvolve essencialmente na prática. Ainda hoje nós, praticantes de história oral, nos alimentamos da surpresa. Mas, rememorando suas primeiras gravações (e tentativas de gravações) com sambistas paulistas, ainda nos anos 1980, Olga remete a um momento no qual a literatura instrucional sobre história oral era escassa, tanto quanto as oportunidades de diálogo e troca com os (poucos) pesquisadores mais experimentados. Remete, da mesma forma, a um momento em que nem a entrevista como prática social, nem as diferentes formas de falar sobre si hoje disponíveis à maioria de nós, estavam consolidadas. Assim, nos deslumbramos com (e historicizamos) as peripécias dessa pesquisadora: seus relatos sobre a resistência de alguns entrevistados a conceder um depoimento para um Museu, por considerarem tal depoimento como o presságio de morte breve; as estratégias engenhosas para se inserir em um grupo a fim de conquistar sua confiança; a descoberta, face a face com os entrevistados, sobre os incrementos ofertados pela articulação entre memória oral e imagem.

Também é intrigante reconhecer mais uma vez o óbvio: as entrevistas que fazemos resultam em fontes que são, por consequência, datadas e documentam, queiramos ou não, suas condições de produção. A discussão sobre “empoderamento” desenvolvida na entrevista é uma evidência luminosa disso. Em treze anos, desde nosso encontro no CMU, passamos de uma situação em que a entrevistada podia se queixar da resistência à sua discussão sobre o tema (apontando-a, em parte, como fruto de antiamericanismo) no âmbito da história oral para outra na qual o termo tornou-se um lugar-comum no discurso popular, já um tanto quanto abandonado e justamente criticado (com base em argumentos distintos, que passam pela crítica ao sentido de imposição vinda de fora, e não de fortalecimento, tangenciada por Olga) no discurso acadêmico.

Um terceiro e último ponto que eu gostaria de ressaltar: em sua entrevista, Olga argumenta, por boas razões, que o trabalho com história oral não se restringe à (laboriosa e criativa, frise-se) documentação, mas deve necessariamente implicar análise e interpretação. Ela exemplifica seu ponto dizendo que o pesquisador ou a pesquisadora pode, por exemplo, perceber o influxo do gênero sobre a forma da narrativa da pessoa entrevistada: um homem enfatizaria a vida pública, a partir do trabalho; a mulher, a linhagem familiar. Embora essa seja uma boa trilha, perseguida por muitas pesquisadoras e muitos pesquisadores em seus estudos – cito, por exemplo, o trabalho admirável de Marta Rovai sobre a greve de 1968 na cidade de Osasco (Rovai, 2014) –, há sempre algo que escapa, em razão da complexidade e singularidade da vida. Pois justamente nesta entrevista, Olga – uma pesquisadora, singular e plural em número, mas feminina em gênero – fala fundamentalmente sobre... trabalho. E justamente esta entrevista, sobre trabalho, está entremeada por uma referência à mãe e ao pai, no final, e à sua própria condição materna, no começo. Este traço, podemos pensar, é quase

que um comentário sobre o vigor estético e ético da história oral na conciliação de forças que incluem a da revelação. Em boa medida, é o que Olga Rodrigues de Moraes von Simson faz aqui. Espero que a leitora e o leitor sejam tão interpelados pela leitura quanto eu fui, ao gravar e ao revisitar esta entrevista.

Olga Rodrigues de Moraes von Simson – Eu fiz Ciências Sociais lá na USP [Universidade de São Paulo], terminei em setembro de [19]65 e voltei logo no começo de [19]66 para fazer as matérias de uma pós-graduação que estava se iniciando nessa época. Fiz uma ou duas matérias, mas me casei em janeiro de [19]66 e já fiquei grávida do primeiro filho. Quando chegou o segundo semestre, eu percebi que não dava para tocar as duas coisas ao mesmo tempo e decidi me afastar da pós-graduação. Tive o primeiro filho, o segundo, o terceiro, e depois que nasceu a terceira filha – quando ela estava com um ano, um ano e pouco –, eu voltei. Fui procurar a Maria Isaura [Pereira de Queiroz],¹ com quem eu já tinha trabalhado em pesquisa durante a graduação, e ela me disse: “Eu estou com um número enorme de orientandos e a pós-graduação me proibiu de assumir novos”. Fiquei muito frustrada, porque queria fazer com ela, e fui procurar uma professora que trabalhava com ela, a Lia [Freitas Garcia] Fukui. Depois de muito conversar comigo, quando a Lia deu o “sim”, depois de um ou dois meses – eu me lembro que eu me inscrevi [no processo seletivo] com ela –, eu estava saindo da faculdade e a Maria Isaura me chamou e falou: “Olha, Olga, dois ou três já defenderam e agora eu acho que eu posso te receber”. Então eu fui me desculpar com Lia para assumir com Maria Isaura. E aí eu me senti na obrigação de perguntar qual era o tema que ela estava pesquisando, e se ela queria que talvez eu assumisse alguma coisa parecida para colaborar com a pesquisa dela. Ela falou: “Eu vou entrar no tema do carnaval”. Ela já tinha passado pela sociologia rural, pela sociologia do conhecimento, e estava adentrando esse novo campo da sociologia da cultura. Nós começamos a conversar e ela me disse que queria fazer uma visão ampla do carnaval brasileiro e [perguntou] se eu me interessava em trabalhar com carnaval paulistano, um tema que estava virgem. Eu fui para o carnaval.

Era um tema de interesse meu, também, porque eu sempre trabalhei com a área da

1 Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018) foi uma das mais importantes sociólogas brasileiras, responsável pela formação de gerações de cientistas sociais (muitas e muitos de renome), com os quais compartilhava a convicção de que a teoria sociológica e a pesquisa empírica são indissociáveis. Criadora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), dentro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde ensinou desde 1951, praticou e encorajou o trabalho coletivo. Em 1953, a partir do estímulo de Roger Bastide, escreveu e publicou o artigo “Histórias de vida e depoimentos pessoais”, reflexão metodológica pioneira sobre o processo de coleta de dados por meio de entrevistas. Sobre isso, ver o capítulo primeiro de minha tese de doutorado (Santhiago, 2013a), intitulado “Parte e parcela: Relatos orais na pesquisa sociológica”.

cultura – eu não me interessava pela área rural. Fui procurar em todos os arquivos e bibliotecas, e tudo mais, o que havia sobre carnaval. Não encontrava nada. [Sobre] carnaval paulistano tinha um artigo de um pesquisador paulistano que tinha até um sobrenome parecido com o meu, Rodrigues de Moraes, mas era um artigo de observação, porque a mulher dele era porta-estandarte numa escola de samba e ele conviveu no meio.² Então eu fui para os jornais. Peguei os grandes jornais e percebi que, sempre que o carnaval aparecia, era o do Rio de Janeiro. O de São Paulo era praticamente ignorado e só surgiam coisas quando acontecia um crime, uma briga, uma desavença. O “normal” do carnaval você só conseguia captar através dos anúncios do setor comercial ou de algum grande clube, das grandes sociedades, que colocasse um anúncio nos jornais. Mesmo assim, fiz meu mestrado praticamente fazendo análise da imprensa paulista: *Província* e depois *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano* e depois *O Jornal do Comércio*.

Fiz três entrevistas orientadas por ela [Maria Isaura] também, com o Ian de Almeida Prado, com o Sérgio Buarque de Holanda e com uma pessoa que era do carnaval popular, Vinícius Barbosa, que estava à beira da morte – porque fui alertada pelo José Ramos Tinhorão que ele era o fundador do primeiro cordão carnavalesco de São Paulo. Eu antecipei a coleta desse depoimento porque sabia que a minha direção, no doutorado, seria carnaval popular, e eu não podia perder o depoimento dessa figura fundamental do carnaval popular paulistano. Então, no mestrado eu trabalhei muito pouco com história oral, mas já trabalhei sob orientação de Maria Isaura. Eu me lembro que o Sérgio Buarque já estava, também, com a cabeça dançando. Ele era vizinho dela lá no Pacaembu, ela era muito amiga da mulher dele, e eu lembro que a gente combinou com a esposa do Sérgio que, no dia que ele estivesse bem de cabeça, ela avisaria. Como eu morava no Sumaré, ali perto do Pacaembu, a Maria Isaura me ligou e a gente foi. Fizemos essa jogada de aproveitar um dia em que ele estivesse de boa situação mental. Conseguimos fazer e foi uma entrevista muito interessante, porque ele dizia que ele gostava muito do carnaval de Campinas e que participava das duas coisas: participava de Campinas e de São Paulo e dormia no trem entre uma coisa e outra para poder participar dos dois carnavais [risos]. E a minha proposta foi trabalhar, no doutorado, com o carnaval de São Paulo.

RS – O mestrado, só pra eu...

ORDMVS – Era o carnaval do século XIX, que era o carnaval da burguesia, principalmente da burguesia comercial, que se fazia através das grandes sociedades carnavalescas, que durante o ano eram clubes de jogo e que usavam o desfile carnavalesco – um desfile luxuoso que acontecia no triângulo central da cidade de São Paulo – como uma espécie de biombo para não deixar muito claro que o principal papel delas era a jogatina. Tentei visitar uma dessas associações que existiam na Rua Direita e fui posta

2 Trata-se, na realidade, do livro *Escolas de samba de São Paulo (Capital)* (Moraes, 1978).

para fora correndo, porque não era um lugar de mulher, e tive que pedir para auxiliares de pesquisa [homens] meus irem fazer as entrevistas. Mas a possibilidade de colher dados fidedignos era muito pouca porque eles tinham sempre essa preocupação com a questão do jogo, de não deixar explícito que o jogo podia ser a atividade principal deles.

RS – Isso foi no começo dos anos [19]80?

ORDMVS – Não. A minha filha nasceu em 1971, eu acho que foi em meados dos anos 1970 – o mestrado. Mas demorei muito para fazer... Não fiz correndo, não, como agora eles têm que, em dois anos, dar conta.

RS – É, porque eu vi que você concluiu em 1984.

ORDMVS – Foi um tempo longo, mesmo porque, sendo um tema tão intocado, eu tinha mesmo que fazer uma pesquisa extensiva – não só uma pesquisa de mestrado, já era uma pesquisa praticamente de doutorado – para dar conta desse início do carnaval em São Paulo.

Aí, então, no doutorado, a minha proposta era trabalhar com o carnaval popular, trabalhando as duas grandes tendências desse carnaval: o carnaval negro nos três territórios negros da cidade (Barra Funda, Bexiga e Baixada do Glicério) e o carnaval branco imigrante (do Brás, da Mooca, da Água Branca, da Lapa), que era um carnaval familiar realizado pelos descendentes de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis.

Eu mergulhei nesse trabalho e, nessa época, quem dirigia o Museu da Imagem e do Som era o professor Boris Kossoy.³ Eu tinha feito um levantamento no MIS e não tinha encontrado nada sobre o Carnaval, e propus a ele se lhe interessava eu fazer a coleta dos depoimentos, sempre que possível, lá no MIS – porque eles tinham estúdio isolado, toda a aparelhagem técnica necessária para uma boa coleta – e depois eles me dariam uma cópia em K7 para eu trabalhar. Então, levei um grande número deles para o Museu da Imagem e do Som. Por quê? Também porque muitos deles, as figuras mais importantes, já tinham sido explorados pela imprensa e diziam: “Ah, lê a *Gazeta*, lê o *Estado*, lê a *Folha*, que eu já dei entrevista”. Aí, dizer que eles iam dar o seu depoimento no Museu da Imagem e do Som era uma forma de, para aqueles que eram mais informados, se convencerem e concordarem em dar um depoimento longo. Para alguns era o contrário, porque o Rio de Janeiro também estava começando a coletar os depoimentos sobre o carnaval carioca no Museu da Imagem e do Som, principalmente dos mais idosos e dos mais frágeis. Muitos dos que deram depoimentos morreram depois de dois ou três meses. E aí me disseram: “Ah, professora, eu não vou, porque dar depoimento no Museu da Imagem e do Som é abotoar o paletó”. E aí eu não conseguia... Eu tinha que deixar que ele escolhesse o local desejado e ia, ou até a sede

3 Sobre o trabalho inicial do Museu da Imagem e do Som de São Paulo com história oral, ver: Santhiago (2013b).

da escola de samba ou até a casa, e fazia o depoimento coletado localmente. São várias estratégias que você vai desenvolvendo justamente para poder convencê-los.

Um dos que mais rendeu em termos de depoimento foi o Nenê da Vila Matilde,⁴ porque tinha uma memória invejável e porque usava aquilo que eu chamei de “muletas de memória”, que era o pandeiro dele e o samba enredo de cada ano, para fazer com que a memória da montagem do carnaval desse ano pudesse ser reconstituída. Eu coletei umas três ou quatro tardes com ele. Acho que da primeira vez eu fui buscá-lo na casa dele e ele veio com o pandeiro, e quando terminou combinamos que na semana seguinte a gente continuaria. Ele disse: “Professora, então a senhora leva o pandeiro e guarda pra mim”. Eu falei: “Mas por que, seu Nenê?”. “Porque negro, durante a semana, na condução e de pandeiro na mão, é muito acintoso! Vão achar que eu sou um vagabundo”. Então eu guardei o pandeiro do seu Nenê e trazia a cada nova entrevista para que ele pudesse usar o recurso da lembrança do samba enredo para reconstituir o carnaval.

O segundo que eu entrevistei é uma pessoa muito importante e pouco lembrada dentro do carnaval de São Paulo, que é o seu Zezinho do Morro da Casa Verde.⁵ Que participou desde criança, levado pela mãe, do grupo carnavalesco da Barra Funda, depois Camisa Verde, e criou também sua própria escola de samba do Morro da Casa Verde. Quando ele veio dar entrevista no Museu da Imagem e do Som, ele trouxe nos bolsos do paletó muitas fotografias antigas. E ele tinha aquela noção de que a fotografia é prova de verdade. Então, conforme ele ia narrando, ele tirava uma fotografia e mostrava como prova do que estava dizendo. Aí eu percebi que tinha um recurso rico nas imagens, semelhante ao pandeiro do Seu Nenê, e disse para ele: “Seu Zezinho, vamos fazer uma coisa: o senhor me conta toda a sua história no carnaval e depois a gente senta, organiza essas fotografias, e aí o senhor me narra o que a fotografia pode fazer o senhor lembrar”. Aí ele deu toda a entrevista, depois nós paramos, organizamos as fotografias cronologicamente, e eu me sentei ao lado dele e ia pedindo para ele falar sobre cada uma dessas imagens.

Eu comecei a perceber uma outra coisa da metodologia, que na verdade eu fui desenvolvendo, que é usar a imagem fotográfica relativa à vida ou à trajetória ou ao assunto, para que a fotografia fosse detonadora da memória do informante e para que ela me permitisse fazer questões que tivessem significado e importância dentro da coleta do depoimento. Eu sempre digo que eu me torno um interlocutor válido através do recurso da imagem – de uma imagem que o meu informante me traz ou que eu consigo coletar em outros meios e trago quando ele não tem um acervo fotográfico significativo. A partir do Seu Zezinho eu comecei a pedir a todos eles que me trouxessem fotos antigas. O Museu da Imagem e do Som fazia a cópia ampliada e, através dela, no momento

4 Conhecido como “Seu Nenê”, Alberto Alves da Silva (1921-2010) foi o fundador da escola de samba Nenê de Vila Matilde, que presidiu desde a criação da agremiação, em 1949, até sua morte.

5 Trata-se do sambista José Narciso de Nazaré (1911-1988), conhecido como “Zezinho do Banjo” ou “Zezinho da Casa Verde”, fundador da escola Morro da Casa Verde.

da devolução original, eu fazia uma nova exploração dos dados e da memória do meu informante porque, com a ampliação e com a melhor qualidade da imagem – porque eram imagens pequenininhas, eram amarelecidas, às vezes rasgadas na beirada –, a gente conseguia uma cópia muito melhor e, através dela, vinha uma nova reconstrução desse passado que o meu informante podia me trazer.

RS – Então com cada pessoa era uma relação intensa.

ORDMVS – Intensa. Na verdade, dois ou três encontros. Às vezes um na casa, para convidar. Depois um longo, no Museu da Imagem e do Som, com o exame das fotografias, que levava praticamente uma tarde inteira. Depois eu pedia de 15 a 20 dias para que as fotos pudessem ser copiadas e marcava uma visita para devolver as fotos e mostrar as cópias, e ao mostrar as cópias vinha novamente um outro relato muito importante. Então, às vezes eu conseguia cinco explorações da memória do meu informante.

Quando tinha um grupo que era um grupo que tinha uma memória comum, como por exemplo, o grupo da Água Branca, que desfilou durante vários anos, e eles tinham uma relação de proximidade, de vizinhança no bairro e tudo o mais – eu consegui trazê-los para o Museu da Imagem e do Som. Muitos já tinham mudado do bairro, fazia anos que não se viam, e no momento dessa reunião a memória de um detonava o processo de memorização do outro. Então você também tinha a possibilidade de memória compartilhada em conjunto, porque como eles estavam muito velhos, como já fazia muitos anos que esse carnaval não se realizava mais. Eles pediram para fazer uma gravação em conjunto e não gravações individuais. Aí, então, o aprofundamento se dá em grupo.

RS – E essas soluções eram... você teve que inventar muitas delas, né?

ORDMVS – Foi. Você vai aprendendo ao longo do processo, né? E aí o que a gente percebe quando, depois de tudo feito, organizado, transcrito, fichado tematicamente, comparado com a bibliografia e tudo mais, é que cada grupo entrevistado – o grupo negro e o grupo branco, por exemplo – tinha mensagens subliminares quando me contava a sua história. Eles não contavam a história pela própria história. No grupo negro, [era] a história toda do carnaval e a luta que eles tiveram para manter o seu carnaval, para conseguir a oficialização do festejo, para se relacionar com prefeitura, com o sistema policial, e tudo mais. Era uma grande luta de resistência étnico-cultural. Era um grupo minoritário numa cidade eminentemente branca, imigrante, sendo capaz de ter um espaço durante o ano para mostrar a sua capacidade de criação, a sua capacidade de organização e sua capacidade de desenvolver os temas ligados à cultura afrobrasileira. Havia, na verdade plena consciência, das lideranças mais importantes, de

que esse carnaval tinha que ser mantido não só pelo carnaval, mas por ser essa brecha dentro de uma cidade que não valorizava o negro e não reconhecia a sua cultura.

No carnaval da Lapa e da Água Branca, eu trabalhei com esses velhinhos que tinham feito um carnaval importante de bairro, [que] tinham um clube de bairro nos anos [19]30 e 40, e que depois, com o próprio crescimento dos bairros, vão se mudando para outras regiões. O clube desaparece e a sua função de liderança no bairro também vai desaparecer. [Quando] eu vou procurar esses velhos para entrevistar, a própria família (os netos, os sobrinhos) se assusta de saber que esse avô tinha tido um papel tão importante na cultura local e na organização do lazer da região. E a mensagem que eles me trazem subliminarmente, por trás de toda a sua discricção, é que o velho, na grande cidade, está abandonado, desvalorizado, não reconhecido, e que nem a própria família é capaz de reconhecer e de valorizar o papel dessa pessoa idosa.

Então, eu acho que a História Oral é uma metodologia que permite não só reconstruir a história do tempo presente através da memória de três ou quatro gerações, mas permite que a pessoa que realiza esse depoimento coloque também a sua visão de mundo, a sua posição social e até as suas denúncias ao longo do seu relato. É isso que eu tento ressaltar quando eu discuto metodologicamente a utilização desse método.

Outra coisa que também criava muita polêmica, principalmente quando eu participava das reuniões das associações internacionais, era uma espécie de sentimento de surpresa e até de desconfiança dos colegas internacionais ante a pujança da utilização do método no Brasil. Quando eu fui presidente da Associação [Brasileira de História Oral], de [19]98 até 2000, eu viajei o Brasil inteiro fazendo palestra nas diferentes regionais, em todo o país. Mas quando eu ia para o [congresso] internacional, a turma achava que esse desenvolvimento tão intenso no Brasil era alguma coisa artificial e duvidavam da qualidade do trabalho que a gente estava fazendo.

RS – Isso já foi um pouco mais tarde, né?

ORDMVS – Na época que eu estava presidindo a [diretoria] nacional [da Associação Brasileira de História Oral], por volta de 2000.

RS – Na época do seu doutorado, do mestrado para o doutorado, a expressão “história oral” já era comum? Você já usava ou ouvia essa expressão?

ORDMVS – A Maria Isaura trabalhava com a noção de “história de vida”, e eu sempre falei que eu [utilizava a] metodologia da História Oral, mas eu me valia do “depoimento oral” e não da “história de vida”. Eu dizia para o meu informante: “Me conta a sua vida ligando-a ao tema carnaval”. E deixava ele falar livremente. Tinha uma série de subtemas – que a bibliografia, os trabalhos sobre o carnaval do Rio de Janeiro e as outras coisas todas que eu tinha lido nacional e internacionalmente, me sugeriam como temas

importantes. Ao longo da fala eu ia ticando todos aqueles a que espontaneamente ele ia se referindo. Sempre sobravam uns três ou quatro que ele não citava e aí ao final [da entrevista], quando ele dizia “Já falei tudo que tinha pra falar”, eu sugeria esses outros. Isso rendia mais meia hora ou 40 minutos de entrevista. Por outro lado, por mais que eu me preparasse com esses subtemas, cada novo informante me trazia dois ou três que eu não tinha esperado, e eu acrescentava na minha listagem. O método de análise por excelência das ciências humanas era a comparação, e daí eu tinha que de alguma forma fazer com que os meus informantes falassem sobre as mesmas coisas, para que eu tivesse esse elemento de comparação para a análise final. Com isso eu tinha uma quantidade de dados enorme, que eu trabalhei através do fichamento temático.

Não pretendia trabalhar com fotografias, só com oralidade, mas, como falei, o Seu Zezinho do Morro da Casa Verde logo na segunda entrevista me trouxe uma quantidade enorme de imagens e eu percebi que ali tinha uma possibilidade muito grande, principalmente, para eu me aproximar do meu informante, porque no momento em que eu ia examinar as imagens com ele eu era uma completa ignorante do carnaval de 1910, 1920 e 1930! E ele era a pessoa capaz de me inserir nessa realidade que eu desconhecia! Isso quebrava o desnível entre o pesquisador universitário e uma pessoa das classes populares, que tem uma formação educacional limitada. Percebi que essa aproximação era muito rica: me deixava fazer perguntas, colocar questões, que às vezes, com o pouco convívio, não são adequadas. Através dessa aproximação via imagem eu me tornei muito próxima deles. Depois, no processo de devolução dos originais fotográficos, ia se criando uma maior proximidade e maior identidade entre pesquisador e pesquisado.

Em [19]88, nos 100 anos da Abolição, na USP se organizou um grande congresso, e a maioria das mesas redondas e sessões era com os intelectuais falando sobre a escravatura e o processo de abolição. A Zeila [Demartini], que estava trabalhando com as escolas negras, eu e a Miriam [Nicolau Ferrara], que trabalhava com a imprensa negra, resolvemos organizar uma mesa redonda em que quem falaria seriam as lideranças, e nós ficaríamos como uma espécie de *step* ali do lado. Essa mesa redonda se chamou “Vozes lutadoras”.⁶ Eu trouxe o Seu Zezinho da Casa Verde, a Zeila trouxe um fundador de uma escola negra do Bixiga, e a Miriam trouxe um líder da imprensa negra. A sessão foi um sucesso tremendo, porque a gente subverteu a ordem dando a voz a eles! Eu me lembro que o seu Zezinho, falando das diferentes sessões de coleta de depoimento nós fizemos, disse para o público que eu tinha feito ele lembrar coisas que ele nem mais sabia que ele tinha na memória! Então, o que é que a gente percebe com isso? Que você não é só um captador: você é um detonador de processos de rememoração através da pergunta certa na hora certa. Você se torna um interlocutor válido pelo teu conhecimento a respeito do tema, pelas relações que você vai mantendo com as diferentes lideranças do assunto que está estudando e pela possibilidade de dar a ele a chance de fazer esse processo de rememoração. É um processo de rememoração que não aconteceria espontaneamente e que só acontece quando um pesquisador, que mergulhou profundamente no tema,

6 O nome correto da mesa redonda foi “100 anos de liberdade, 100 anos de luta: A palavra dos lutadores”.

que conhece relativamente bem esse assunto, inicia um processo de discussão e de provocação da memória desse informante. Nesse processo, a gente vai percebendo que é fundamental fazer a transcrição de cada depoimento logo após a sua coleta, porque no momento da transcrição é que você mergulha fundo em tudo aquilo que ele relatou, nas coisas novas que ele trouxe e que podem significar alguma coisa importante para os próximos depoentes. Através desse processo, você vai fazendo as questões certas para os seguintes, para que ao final do término de todos os depoimentos você tenha uma massa de informações que, depois de devidamente e tematicamente fichadas, podem ser comparadas entre si e permitir as análises que a gente vai fazer.

RS – Quem fazia essa transcrição?

ORDMVS – A maioria fui eu mesma quem fiz. Quando eu não fazia, tinha um auxiliar de pesquisa – eram alunos das Ciências Sociais que trabalhavam com a gente lá no CERU – e eu fazia toda a correção do processo. Geralmente eu levava um auxiliar de pesquisa comigo para o processo de coleta do depoimento e era essa pessoa que fazia a transcrição. Eu queria uma transcrição suja e todas as observações que ele tinha feito ao longo da coleta do depoimento – porque ele ficava com o caderno anotando as reações do meu depoente durante a conversa. Tudo aparecia entre parênteses ao longo das transcrições. Para mim, o depoimento tem que ser o mais cru possível, porque é da crueza que as análises podem render. Quando eu vou transcrever o trecho no meu texto final, aí sim faço uma espécie de correção, concordando os verbos, completando, tirando os vícios de linguagem, para que a leitura não fique muito difícil para o meu leitor. Foi uma estratégia de trabalho que eu desenvolvi aprendendo praticamente sozinha.

Seu Zezinho foi um que me ensinou, também, que eu precisava da transcrição suja, porque ele era um homem que falava pouco, era muito contido, mas que refletia muito. Quando eu fazia uma questão para ele, Seu Zezinho fazia: “Tá, tá, tá, tá...”. Falava uns 20 “tá”. No momento desses “tá”, ele estava na verdade refletindo sobre a minha questão, sobre a sua experiência passada, e já dava uma resposta que vinha com um certo nível de análise. Quando eu fui fazer a transcrição da primeira entrevista dele, eu pensei: “Vou tirar esses ‘tá’, porque vai dificultar a minha leitura e o meu trabalho”. Mas depois do segundo “tá”, eu já falei: “Não! Eles estão me indicando a profundidade da reflexão que ele está fazendo, para depois poder me responder”.

Muitos concordaram logo de cara com o meu convite para dar a entrevista, mas alguns resistiram bastante. Eu me lembro que eu frequentava também as reuniões das escolas de samba de São Paulo, para conhecer o grupo, saber o que que eles discutiam. Numa dessas reuniões, um deles perguntou: “Mas por que a senhora, que vem da universidade e nunca desfilou no carnaval, de repente quer estudar o carnaval de São Paulo?”. Comecei com as minhas explicações de socióloga, mas, conforme eu ia falando, ia percebendo

que eles não estavam se convencendo nem um pouco dos meus argumentos... Daí tinha um dos dirigentes, que era bem mais jovem e do Partido Comunista, no fundo da sala. Ele levanta a mão lá no fundo e diz: “Eu sei por que você está fazendo esse trabalho. Você está fazendo isso porque tem uma avó negra que está exigindo que você escreva essa história que ainda não foi escrita”. Ele tinha compreendido a importância do meu trabalho e achava que eu precisava, de alguma forma, me integrar a esse grupo mais amplo para poder ser aceita e conseguir convencê-los a me dar os seus depoimentos. Quando ele falou isso, eu parei e falei: “É isso mesmo. Deve ser essa minha avó que está exigindo”. Pronto, acabou! Naquele momento, eu passei a fazer parte do grupo deles e deixei de ser ‘aquela que vinha da universidade’. Foi uma estratégia muito hábil dele. Se eu [disse outra coisa], teria literalmente destruído a minha possibilidade de trabalho com eles. A gente tem que ter esse jogo de cintura para fazer aquilo que o Portelli fala: conseguir, apesar das diferenças educacionais, construir um objetivo comum. Nesse momento o objetivo foi construído.

RS – A questão do desnível entre o pesquisador universitário e o entrevistado é uma questão que te toca muito.

ORDMVS – Me toca porque na verdade os amedronta. Você vir da universidade e no meu caso, por exemplo, levá-los para o Museu da Imagem e do Som, que era um espaço onde até então o grupo popular não tinha entrado, criada um certo temor, né? Eu tinha que destruir isso, tinha que me aproximar, mas ao mesmo tempo eu sabia que era impossível ser colocada como uma igual. Era sempre uma situação que através do convívio poderia ser amainada, mas não uma situação fácil de administrar. Muitas vezes eles pediam para fazer a entrevista em casa ou na sede da escola de samba, o que causava outros problemas: um deles pediu que eu fosse fazer na escola e chegando lá estava tendo um ensaio da bateria. Era impossível gravar! Eu tive que anotar tudo e só quando terminou o ensaio é que eu pude ligar o gravador. Na casa do Pé Rachado,⁷ que era o líder da Barroca Zona Sul, a mulher dele, que já era idosa e meio surda, estava assistindo novela quando eu cheguei. Toda a primeira parte da entrevista foi feita anotando e só quando a novela terminou é que eu pude ligar o gravador. Mas, em geral, eu fui bem aceita e bem recebida. Na hora da reconstrução do carnaval negro, optei por trabalhar principalmente com o Seu Nenê da Vila Matilde, porque ele tinha a memória mais rica, narrava com mais facilidade. A escola tinha completado 20 ou 25 anos, uns anos antes, e eles tinham feito uma espécie de diploma com a listagem ano-a-ano do samba enredo e anotado entre parênteses se tinha sido campeã ou vice-campeã. Ele usou essa espécie de diploma para orientar a narrativa. A outra vantagem do Seu Nenê é que, terminada [a entrevista], eu pedi para ele trazer as fotografias antigas e ele

7 “Pé Rachado” era o pseudônimo de Sebastião Eduardo do Amaral (1913-1990), ex-presidente da Vai-Vai que, após romper com a escola, no início dos anos 1970, fundou a nova escola de samba Barroca Zona Sul, que tem como escola-madrinha a Estação Primeira de Mangueira.

falou: “Ih, professora, eu tenho uma cômoda de três gavetas enormes em casa, cheias de fotografia, tudo desorganizado. Eu não vou ser capaz de escolher. A senhora tem que ir lá e escolher quais que a senhora quer”. Eu coletei três ou quatro tardes de memória do Seu Nenê e depois de terminado tudo eu ainda fui à casa dele e explorar a tal da cômoda cheia de fotografias. Como eu já tinha o relato dele na minha cabeça, pude escolher fotografias que apresentavam as diferentes fases da escola e os problemas que a escola enfrentou ao longo da sua vida. Por isso, também, que a escola do Seu Nenê aparece no adendo do meu livro que fala sobre o carnaval negro (Simson, 2007). Ele foi o escolhido, dada a riqueza imagética que ele apresentou.

RS – E por que você demorou tanto tempo para publicar o livro?

ORDMVS – Porque eu queria publicar com as imagens. Os meus editores diziam que era muito caro e que eles publicariam o texto, mas não as imagens. Aí eu dizia: “Não concordo, porque as imagens foram fundamentais no processo de análise e de reconstrução do carnaval. Prefiro não publicar”. Tive que esperar todo o processo de informatização da imagem, de digitalização, para conseguir que uma editora se interessasse em trabalhar com as duas coisas. Aqui na editora da Unicamp, eu tinha levado obras dos meus orientandos para serem editadas. Eu tinha uma relação boa com o responsável, até que ele me telefona e me fala: “Olga, você continua trabalhando com imagens na orientação dos seus alunos?” Eu falei: “Continuo. É um dado fundamental nos processos de reconstrução de memória”. Ele falou: “Bom, então você pode me mandar esse material aqui porque eu estou interessado”. Eu falei: “Por que você está interessado?” Ele falou: “Porque depois da internet o padrão de leitura mudou. Tijolo, livro grosso só com texto, não vende mais. Eu preciso de livros que tenham uma carga de ilustração significativa”. E eu falei: “Bom, então eu vou tirar o meu livro do armário e levar para você. Ele está esperando 10 ou 15 anos e nunca consegue ser editado”. Levei, ele foi aprovado na hora, e, por ser um livro caro por causa da quantidade de imagens, eles foram se associar à editora da USP e à Imprensa Oficial.

Quem fez o processo de editoração todo foi a editora da USP. Eu ia duas ou três vezes por mês lá, trabalhava com a responsável pela montagem do meu livro e ia revisando com ela. Eu sempre quis [que o livro] não [tivesse] um álbum separado, mas que as imagens fossem inseridas dentro do texto. Eu fiz [em formato de] álbum para a defesa, com xerox, para a banca ter mais facilidade de compreender o que eu estava discutindo. A minha ideia, para editar o livro, é que as imagens fossem inseridas ao longo do texto, mas as três editoras diziam que esse álbum final era um atrator de leitores. Até que me acendeu a luzinha de colocar essa maquininha fotográfica [como um ícone no livro]: esse símbolo e o número da imagem ao qual o leitor pudesse se remeter para entender melhor o que eu estava discutindo aqui.

Foi um livro que custou para ser editado. O trabalho de preparação foi longo, muito cuidadoso, e o livro foi muito bem-feito e bem recebido, não só [por parte] dos

intelectuais, mas do mundo do carnaval também. Fiz questão de entregar, lógico, uma cópia para os principais depoentes e também para a União das Escolas de Samba e todos os espaços que se preocupam com o carnaval. Quando eu cheguei lá, a diretora, uma mulher branca, lá do bairro do Bixiga, abraçou o livro e começou a chorar. Ela falou: “Você não sabe o que isso significa para mim. Eu fui nascida e criada no Bexiga. O meu sonho era participar da Vai-Vai, mas o meu pai sempre proibiu porque dizia que não era um espaço que eu pudesse conviver. Tive que fazer 21 anos para poder entrar na Vai-Vai. E agora este livro vai permitir que eu esfregue na cara do meu pai que o carnaval é uma coisa importante, que mereceu até um trabalho desse nível”. Quer dizer, não só sobre o ponto de vista intelectual, mas sobre o ponto de vista de reconhecimento social do fenômeno, ele também teve um papel importante.

RS – Depois dessa pesquisa, como é sua entrada na Unicamp?

ORDMVS – Vim para Campinas em [19]89. Meu marido vinha assumir a direção da Bosch aqui. A Zeila já estava trabalhando aqui [na Unicamp] e falou: “Tem vaga lá no Departamento”. Eu acabei assumindo um papel no Decise, que é o Departamento de Ciências Sociais Aplicado à Educação, e logo no ano seguinte uma outra amiga minha me trouxe para conhecer o Centro de Memória. Quem dirigia era o Professor [José Roberto do Amaral] Lapa. Já há vários anos ele tinha sido o criador do Centro. Ele me convidou para dar uma palestra sobre a pesquisa do carnaval. A minha amiga que havia me trazido e uma outra historiadora aqui de Campinas, a Maria Lúcia Ricci, queriam começar uma pesquisa sobre os bairros de Campinas. Como o meu trabalho sobre o carnaval se baseia nos diferentes bairros da cidade de São Paulo, elas estavam interessadas e me convidaram para fazer essa pesquisa junto com elas. A gente começa um processo de discussão do projeto e o Professor Lapa pede meu currículo. Eu trago e ele me chama e diz: “Olga, eu estou já há dois ou três anos sem vice aqui no Centro de Memória. Quería ver se você aceita ser a minha vice”. Eu disse: “Mas, Professor, o senhor não me conhece. Eu acabei de chegar! Como é que o senhor vem e me convida para ser vice?” Ele falou: “Eu vi o seu currículo e vi, principalmente, que todo o seu desenvolvimento intelectual se dá dentro de um centro de pesquisa na USP, que é o CERU. É fundamental para o Centro de Memória esse tipo de visão de que não se faz o trabalho individualmente. Por isso eu quero que você venha”.

Já vim [para o Centro de Memória] sendo a vice do Professor Lapa. Primeiro eu vinha uma ou duas vezes por semana. No fim, acabei me envolvendo com as pesquisas e participei intensamente mesmo como vice. Ele já tinha sofrido um ou dois infartos, estava diminuindo o ritmo de trabalho, e eu estava sendo uma auxiliar significativa para ele, até que ele teve que se afastar porque são seis anos, eu acho, de possibilidade [tempo máximo] de dirigir o Centro. Ele me convida para ser a sucessora e eu fico assumindo todo o trabalho do Centro de Memória e trazendo a História Oral como uma coisa importante dentro desse processo. Ele era um historiador que trabalhava

sempre com a documentação – seja a documentação de arquivo, seja a documentação que ele levantava junto ao setor judicial –, e eu trazia essa possibilidade de trabalhar com o tempo presente e enxergar Campinas mais contemporaneamente.

RS – E o que você traz do CERU?

ORDMVS – Toda a formação metodológica. Minha formação toda foi com a Maria Isaura. Ela me orientou o tempo inteiro nesse trabalho do carnaval. Depois, lógico, vou ganhando novas profundidades com o trabalho aqui.

Eu me lembro que a Zeila ainda estava atuando na Faculdade de Educação⁸ e a gente estava querendo fazer um novo projeto em parceria com o CERU sobre grupos imigrantes pouco conhecidos no Estado de São Paulo. Começamos um levantamento aqui na região de Campinas e apareceram japoneses e alemães como grupo pouco conhecidos. Grupos italianos, portugueses e espanhóis já tinham sido pesquisados. Zeila se interessou pelos japoneses e eu fui pesquisar o grupo dos alemães. Coincidentemente, quando estávamos mandando o projeto de financiamento para o CNPq, um grupo de alemães daqui da zona rural de Campinas veio procurar o Centro de Memória através de um descendente que era veterinário e que trabalhava num órgão da Embrapa, dizendo que eles tinham um bairro rural de 34 famílias perto de Viracopos, o bairro de Friburgo. [Falaram] que ao fazer uma reforma num prédio da escola, encontraram um armário muito antigo, todo corroído de cupins, cheio de documentação do século XIX, e que eles queriam que o Centro de Memória voltasse a olhar para essa documentação e visse se valia a pena conservar, como tratar... Aí eu fui e aí não era a minha avó negra que me fazia pertencer ao grupo; era o meu sobrenome alemão do meu marido que me aproximava deles. E fui muito bem aceita. Tem um cemitério muito interessante próximo à sede da Igreja Luterana e da escola do bairro, com túmulos desde o século XIX, com as lápides escritas mensagens em alemão. Eles já estavam completamente integrados na sociedade brasileira; já não eram mais capazes de ler e traduzir aquelas mensagens. Quem leu e traduziu para eles foi o meu marido. Aí, então, eu começo um trabalho sobre o bairro de Friburgo, só que eu propus a eles que não iria trabalhar só com a documentação. Eu queria trabalhar com o depoimento oral das pessoas mais idosas pertencentes ao grupo original das 34 famílias. Aí, eu reconstruo a história de Friburgo numa relação de muita proximidade.

Foi um trabalho que durou, também, alguns anos. Em [19]93, meu marido foi passar um ano na Alemanha e eu também fui. Mergulhei num arquivo sobre a relação com países estrangeiros que existia em Stuttgart,⁹ onde uma documentação riquíssima sobre Friburgo existia – que não existia aqui no Brasil. Principalmente no período do

8 Zeila Demartini foi professora da Faculdade de Educação da Unicamp até 2000. Em seguida, já aposentada do ponto de vista, continuou atuando como professora colaboradora apenas no Programa de Pós-Graduação em Educação. A referência é ao marco de aposentadoria funcional.

9 Capital do estado alemão de Baden-Württemberg.

nacional-socialismo, havia a política de manter uma relação de proximidade com as colônias alemãs, principalmente no eixo da América do Sul, porque havia uma proposta de expansão e o primeiro local para onde eles queriam expandir [o nacional-socialismo] era para a região sul do Brasil, Argentina e Chile, que têm uma quantidade enorme de descendentes de alemães. Havia uma política não só de enviar pessoas para falar do nacional-socialismo e da Alemanha, como também de trazer [para a Alemanha] todo o material que essas colônias produziam, para mostrar para os alemães da metrópole que eles não tinham perdido o seu sentimento de germanidade. No trabalho em profundidade com a história de Friburgo, mandei cópia dessa documentação para as minhas auxiliares de pesquisa que ficaram aqui no Brasil, e [fizemos] o processo de devolução, que sempre me preocupou.

Eu fazia [a devolução, no projeto sobre] o carnaval, no curso que eles faziam todo ano, em janeiro e fevereiro, para a preparação de juízes para os desfiles de escolas de samba. Durante muitos anos eu fui chamada para dar palestra, contar toda a história do carnaval para a turma que vai ser juiz. [Como] ser juiz de carnaval rende um dinheiro, muita gente que não conhece nada se candidata. Tem uma prova que eles têm que fazer, depois desse cursinho, e eu entrava para contar a importância do fenômeno, para eles perceberem que eles não estão simplesmente julgando fantasia e samba-enredo – na verdade, estão tendo uma relação com um fenômeno cultural que é muito antigo, significativo.

Então, a devolutiva do resultado de pesquisa me sempre, porque você constrói uma relação de profundidade, de transparência, de cooperação e de parceria com os seus informantes e depois não pode sair divulgando isso só nos meios científicos! Você tem que retornar, na verdade, numa linguagem que seja compreensível e palatável para os seus entrevistados e para o grupo ao qual eles pertencem, no sentido de que eles possam captar as conclusões das pesquisas e que esse novo conhecimento promova um processo de empoderamento – que na luta social que eles fazem, seja ela qual for, o conhecimento que você construiu possa contribuir.

RS – Então o pesquisador está inserido nessa luta social, também.

ORDMVS – De alguma forma tem que estar. E toda vez que você é chamado por eles você tem que ir dar a sua contribuição. Então essa coisa do empoderamento sempre me preocupou. Na época da [gestão da] Luiza Erundina [como Prefeita de São Paulo], quando foi da construção do Sambódromo, eles também me chamaram, porque [no plano de] construção do Sambódromo tinha uma espécie de fosso nas duas laterais da pista para evitar que o público invadisse. Lógico [que isso saiu da] cabeça de cara que nunca desfilou e que não sabe que na hora em que a turma está sambando não está olhando para ver se tem buraco! Principalmente a imprensa, que vai filmar e registrar e anda de costas. Era um projeto Niemeyer. Eles diziam para os dirigentes

carnavalescos que eles tinham que interpelar a Prefeitura e exigir que essa coisa fosse tirada do projeto, porque era um perigo muito grande, só que o Sambódromo era um sonho muito antigo e a Erundina era a primeira que tinha se disposto a construir. Os novos dirigentes, que geralmente eram sobrinhos e filhos dos que eu tinha entrevistado, tinham medo de fazer uma interpelação da Prefeitura e o projeto não ir para a frente. Então, alguns arquitetos que desfilavam na Vai-Vai me chamaram e disseram: “Você vai ter que conversar com eles. Você vai ter que mostrar para eles que eles têm força política, por causa do tempo e do carnaval, do que essa manifestação significa para o povo de São Paulo, para tentar interpelar e mudar esse projeto”. Eu fui. Foram duas noites seguidas de discussão para mostrar a força que eles tinham e que eles tinham argumentos, sim, para dialogar com a Prefeitura e exigir a retirada desse fosso. Hoje, é o lugar onde se colocam as autoridades, as pessoas vip e importantes para assistir ao desfile. Então eu tinha consciência da importância dessa devolutiva! Isso sempre me preocupou ao longo do meu projeto de pesquisa: se você se vale da memória de um indivíduo das classes populares, trabalha com a memória dele, do grupo e da luta social que eles realizaram, você tem que devolver esse material numa linguagem que seja perceptiva.

RS – E se o entrevistado estiver interessado em te dar a entrevista, mas não em ter necessariamente essa devolutiva?

ORDMVS – Eu criava uma situação comunal. Quando chegava na metade do projeto – não no final –, quando as primeiras conclusões já tinham sido tiradas, eu já os convidava, primeiro para fazer esse envolvimento e dar esse retorno, e segundo para convencer aqueles que não tinham dado entrevista ainda a dar a entrevista, porque aí eles entendem a importância do que você está fazendo.

Com [o projeto sobre o bairro de] Friburgo eu fiz num domingo à tarde. Convidamos todos os descendentes que moravam em Indaiatuba, em Campinas, e aqueles que ainda têm casa no espaço da comunidade, e fizemos as devolutivas na antiga sala da escolinha, que hoje é a sede do clube deles. Mostramos as fotografias que a gente tinha levantado, tanto aqui no Brasil quanto na Alemanha, contando a trajetória do grupo aqui no Brasil. Fui mostrando todas as imagens, organizadas tematicamente e cronologicamente, e narrando o que a gente já tinha levantado e descoberto a respeito da vida da comunidade. Quando eu termino [alguém diz:] “Passa de novo, professora”. Eu tinha conseguido duas imagens com um, três imagens com outro, quatro com outro. Eles não conheciam o conjunto das imagens! E aí eu disse: “Vou passar, mas agora não vou falar nenhuma palavra. Vocês é que vão comentar as imagens que forem aparecendo na tela”. Lógico, eu gravei tudo isso também: a leitura deles a partir das imagens que foram expostas. Isso dá na verdade um novo ímpeto para a pesquisa e aparecem mais meia dúzia de pessoas interessadas em dar o seu depoimento. Esse material saiu dentro de uma publicação do CERU que chama *Vivências na Diferença*

(Simson, 1997). Agora, mais recentemente, quando surgiu o projeto de ampliação [do aeroporto] de Viracopos, Friburgo está ameaçado de ser desapropriado. Quem é que eles vão chamar para discutir com a Prefeitura? Eu. Então eu tenho que ir e fazer toda a narração da história dessa comunidade, da tradição que ela significa e de tudo sobre Friburg, que é pouco conhecida em Campinas. Muitas vezes as pessoas nem sabem que existe esse bairro rural alemão! Quando eu vou discutir com a turma da ampliação de Viracopos e mostro tudo isso, Friburgo foi preservado. Ficou na zona de proteção do aeroporto, mas nada foi derrubado ou destruído. A transformação vai ser [inevitável] porque vão passar várias estradas e rodovias [próximo ao bairro]. Ao longo do tempo a coisa vai se transformar mesmo, mas acho que com um ritmo mais lento do que seria no caso de uma derrubada geral, como era a primeira proposta. Então, você tem esse compromisso que é para a vida inteira com o grupo com quem você trabalha. É um compromisso todas as vezes em que eles precisam do teu retorno, que não se esgota. Quando meus alunos vêm, eu digo: “Você está disposto a ter essa relação? Essa relação que não se esgota na hora que a pesquisa termina?”.

RS – Mas com quantos entrevistados, ou com quantos grupos, você pode manter esse compromisso numa vida, Olga?

ORDMVS – Mas é um compromisso que não acontece todo dia. Acontece quando existe uma situação de crise, uma situação problemática em que eles precisam da tua colaboração. Não é nada impossível de ser mantido e eu acho que faz parte da ética do pesquisador. Você não pode simplesmente construir a sua carreira de intelectual e de mestre, doutor, a partir de uma doação dos depoimentos, reconstruir a história de determinados grupos, e depois dizer: “Agora acabei e não quero mais saber”. É um compromisso que perdura e sempre que eu posso estou respondendo da melhor maneira possível. Por causa disso, há uns anos eu fui chamada para um seminário que aconteceu no Canadá, que discutia a questão do empoderamento. Tinha gente do Canadá, Japão, Europa Central, Estados Unidos, discutindo essas questões. Eu me surpreendi muito porque no público, e dialogando fortemente com os intelectuais, havia dois líderes peles-vermelhas¹⁰, uns homens enormes, de quase dois metros de altura, que vinham discutir e dizer da importância de receber a informação depois da pesquisa, e como essa informação era importante na luta deles e dentro da sociedade canadense.

RS – Uma das palavras que você usa, “empoderamento”, me remete de imediato ao Michael Frisch.

¹⁰ Trata-se de termo utilizado para denominar popularmente os indígenas americanos, podendo ser considerado pejorativo. Ver a interessante discussão do historiador do direito J. Gordon Hylton, no âmbito da apropriação de termos como este pelo segmento esportivo: Hylton (2010).

ORDMVS – Ele era uma das pessoas presentes na discussão.

RS – E com quem mais, em termos de literatura acadêmica de história oral, você dialoga nesses termos?

ORDMVS – Tem muito pouco. Vários pesquisadores têm uma espécie de... por causa do termo *empowerment*, que é americano e tudo mais, têm uma espécie de afastamento ou estranhamento quando a gente discute essa questão. Eu não tenho esses laivos de...

RS – Antiamericanismo?

ORDMVS – Acho que não existe uma palavra [ideal] em português. Empoderamento, na verdade, não registra e não mostra o que a gente está querendo dizer em toda a sua riqueza. Mais do que empoderamento, eu acho que é compromisso. O termo deveria ser compromisso ético. Você tem que entender que os dados que você colhe através da história oral não estão registrados em lugar nenhum; que sem a doação e a compreensão do trabalho de parceria com os depoentes o seu trabalho intelectual não poderia ser desenvolvido. E um retorno eticamente válido tem que ser pensado, sim, ao longo de todo o processo de pesquisa! E, terminada a pesquisa, mesmo depois de publicado no sociologuês ou nos termos históricos que essa população muitas vezes de origem popular não vai conseguir compreender, você tem que ser capaz de traduzir e fazer a devolutiva. Se não, você não fechou o ciclo do seu trabalho de pesquisa. Você cortou pelo meio. É isso que eu tenho trabalhado com os meus orientandos o tempo todo: “Qual é a sua proposta de devolução? Como é que você vai promover esse trabalho de devolução dos resultados?”

Além de trabalhar na Faculdade de Educação, eu trabalho também com o curso de pós-graduação em Gerontologia, que começou aqui na Faculdade de Educação e que hoje está na FCM, na Faculdade de Medicina [Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp]. Uma das minhas orientandas trabalhou com a Casa dos Artistas do Rio de Janeiro, e a discussão que a gente fazia sempre era como ela iria fazer essa devolutiva, uma vez que a turma que está vivendo nos chalezinhos ou nos apartamentos da Casa dos Artistas são sempre pessoas que participaram de rádio, ou novela, ou grupos de teatro, ou do circo... E eles não conseguem se ver como pessoas que envelheceram, que deixaram de ter aquela visão positiva do tempo em que fizeram sucesso. Trabalhar com a imagem atual, para eles, é um problema sério, porque faz eles descobrirem o processo de decrepitude que estão vivendo. A alegria, o entusiasmo e a vivacidade permanecem, e o corpo já não corresponde. Então a gente discutiu muito se ela iria usar as imagens atuais, que denotam esse envelhecimento claramente, ou se ela iria se valer das imagens que eles cediam do período em que estiveram no auge da sua carreira. Tivemos que manobrar na hora de fazer o audiovisual com o qual ela fez o processo de devolução,

para não ferir.

Eu me lembro de uma pesquisadora que trabalhou com boias frias aqui no interior do Estado de São Paulo, a Conceição. Ela trabalhou com a Iolanda, uma fotógrafa maravilhosa, registrando o trabalho dos boias frias, os lugares onde eles ficavam... A partir da pesquisa que ela realizou e um dos problemas que ela teve quando ela foi mostrar a devolução dos resultados com fotografias, se criou um sindicato! Um boia fria disse: “Não sou eu nessa foto... esse é o meu pai...”. [Não era o pai, mas] ele estava tão gasto pelo trabalho! Os gatos fazem uma competição entre eles para ver quem corta mais cana, para fazer o trabalho render, e isso vai gastando as energias e envelhecendo precocemente de uma maneira assustadora. Na hora em que apareceu a imagem dele, ele discutia com ela: “De jeito nenhum. Esse não sou eu... esse é o meu pai”. Então, na hora de devolver, você também tem que saber como devolver. Inclusive a crueza que a gente tem na hora do registro e das nossas análises tem que ser amainada para não criar dificuldades para essa aceitação dos resultados da pesquisa.

RS – A resistência ao empoderamento, que você colocou, é uma resistência ao termo ou à ideia mesmo? Porque num certo sentido boa parte da história oral feita no Brasil tem uma tendência política, politizada, chamada de militante, às vezes.

ORDMVS – Acho que é mais ao termo do que ao conceito, por ser um termo que vem dos Estados Unidos, dos anglo-saxônicos, e eles [os que possuem resistência] não conseguem perceber que você pode falar dessa questão sem fazer o mesmo tipo de pesquisa que se faz lá. Fazer, na verdade, uma análise muito mais sociológica do que de simplesmente registro da realidade. Então, eu tenho trabalhado com o termo, mas tenho amainado através da noção de “compromisso”.

RS – Você mencionou sobre “não ser feito aqui como é feito lá”. Então, a história oral é sempre o mesmo método, ou existe uma especificidade que ela adquire em cada contexto?

ORDMVS – A minha formação, por ter sido com a Maria Isaura, vem muito mais da tendência europeia do que da americana. E a nossa preocupação tem sido sempre de não ficar no registro e na devolutiva do registro, mas de usar as metodologias de análise, que a sociologia e a antropologia nos fornecem – na verdade, o meu campo é o campo da sociologia da cultura, que fica entre a sociologia e a antropologia, no limite. Devolver aquilo que eles nos disseram, disso eles [os entrevistados] sabem. Mas [o que fazemos é] tentar, através das diferentes vozes que a gente ouve e da comparação entre as diferentes versões do passado que os nossos depoentes nos colocam, discutir como é que um homem, com determinado tipo de formação, inserido na sociedade num determinado tipo de trabalho, vivendo na agora sua maturidade ou como aposentado, enxerga esse

passado. Ou como é que uma mulher, que foi mãe de não-sei-quantos filhos, que cuidou da família, reconstrói esse passado. Para a mulher, o passado passa pela linha da constituição da família! [Elas dizem]: “Quando eu era namorada aconteceu isso, quando eu fiquei noiva aconteceu aquilo, quando eu me casei, quando eu tive o primeiro filho, o segundo, o terceiro...”. Ela pode ser uma grande profissional, mas quando vai falar do seu passado é a linha familiar que orienta o processo de reconstrução, enquanto o homem passa pelo seu trabalho e pelos acontecimentos políticos. Então [nos cabe] mostrar como as diferenças de gênero, as diferenças que a formação educacional coloca, os envoltimentos políticos e religiosos, vão modificar a forma como [alguém] constrói essa memória. E [nos cabe] perceber, nessas especificidades, como diferentes versões do passado são construídas. Não são versões mais verdadeiras ou menos verdadeiras. São versões. Cabe ao pesquisador comparar e tentar explicar por que elas foram construídas de determinadas maneiras. Entender a veracidade de todas essas versões e ser capaz de compará-las, e não de anulá-las, é a grande riqueza.

RS – Eu gostaria que você me falasse agora sobre como se dá seu envolvimento com a comunidade de história oral.

ORDMVS – Acho que está muito ligado ao processo de institucionalização da IOHA, a International Oral History Association, num encontro que aconteceu na Suécia.¹¹ O Paul Thompson era uma das lideranças e uns meses antes tinha feito uma viagem aqui para o Brasil, conhecendo todos os espaços onde se fazia história oral. Ele tinha uma ex-orientanda que estava criando o espaço de uma empresa para fazer trabalho com história oral, que é o Museu da Pessoa. Depois dessa viagem, ele publica um artigo dizendo que a única coisa que prestava de história oral no Brasil era o Museu da Pessoa. Isso ferveu na nossa comunidade, que já era uma comunidade grande, com trabalho relevante no Rio de Janeiro, aqui em São Paulo, e se espalhando pelo Brasil como um todo.¹² Aí, a Marieta [de Moraes Ferreira], que estava dirigindo a Associação Brasileira de História Oral, meio que insuflada pela gente, pediu para fazer a palestra de abertura. Fez a palestra de abertura falando da história oral na América do Sul e mostrando

11 Trata-se do IX Congresso Internacional de História Oral, ocorrido em 1996, em Gotemburgo. Ver, a respeito desse processo, entrevista com Marieta de Moraes Ferreira publicada nesta revista: Santana e Alberti (2001).

12 Este episódio, central na constituição na International Oral History Association, já foi relatado por dezenas de envolvidos e comentaristas. Em minha tese de doutorado (Santhiago, 2013a), discuto-o no capítulo 9, intitulado “Who runs the world? O troco e as trocas no cenário global”. Um livro publicado em 2019, com estudos a respeito da IOHA (*Giving a Voice to the Oppressed?: The International Oral History Association as an Academic Network and Political Movement*, organizado por Agnès Arp, Annette Leo e Franka Maubach), inclui um longo artigo de Julie Boekhoff sobre os antecedentes da IOHA e a história de sua fundação, abrangendo entrevistas generosas com as principais figuras envolvidas – e praticamente todas as pessoas que ocuparam a presidência da IOHA. São muitos os problemas do capítulo, cuja crítica não cabe neste momento. Noto, de qualquer forma, que a produção do capítulo não envolveu uma entrevista com Marieta de Moraes Ferreira ou qualquer outro pesquisador brasileiro, o que, além de injustificável, não contribui para a construção de um retrato equilibrado dos processos em análise.

principalmente a força e a importância da história oral no Brasil. Uma resposta, com luva de pelica, para esse artigo que ele tinha feito, que era completamente falso. Nessa reunião, eles estavam criando também a [Associação] Internacional de História Oral. O movimento liderado pelos americanos era [inclinado a] dar para o Thompson a presidência. E aí, brasileiros e australianos, que eram as comitivas mais numerosas, se revoltaram e apresentaram a candidatura da Mercedes Vilanova, que era uma espanhola, que tinha um trabalho sério com metodologia da história oral, politicamente envolvido, e ela ganha. E eles não se conformaram. De jeito nenhum. Foi uma briga tremenda nessa reunião! Eu participei desse processo todo e fui eu que insuflei a turma toda a se organizar, porque a gente não aceitava um domínio – e um domínio colocando [na presidência da IOHA] uma pessoa que teve uma atitude quase que desonesta. Ou mal-informada ou desonesta – a gente não podia, na verdade, ter certeza disso. Depois ele se redime, pede desculpas e reconstrói as relações tanto com o grupo brasileiro quanto australiano, quando percebeu que tinha pisado no tomate ao fazer essa afirmação. Com isso, eu ganhei um certo reconhecimento, pela minha capacidade de argumentação e de colocação das coisas. Uma das vantagens que eu tinha, também, pelo fato de ser casada com um filho de alemão e de norte-americana, era um certo domínio do inglês. Então, nessas relações internacionais eu podia me colocar de uma maneira, vamos dizer, mais fácil. Marieta domina também muito bem o inglês, por isso chegou na posição em que chegou. Acho que por isso, conseqüentemente, quando chegou na hora de escolher a dirigente seguinte [da Associação Brasileira de História Oral] eu fui uma das indicadas e aceitei, porque eu tinha a possibilidade de circular pelo país e percebia que era importante, naquele momento, fazer essa ligação entre os diferentes centros de pesquisa que estavam se utilizando dessa metodologia.

RS – O que você fazia enquanto presidente da Associação? Participava dos encontros regionais e...?

ORDMVS – Dos encontros regionais todos eu participei, durante os dois anos em que eu estive. Geralmente eu abria esses encontros com uma fala, uma palestra, fazendo questão da memória e da reconstrução da memória com a metodologia da história oral e deixando claro que não é simplesmente colher [depoimentos]; que colher é a primeira fase, e que você precisa ter a capacidade de organizar esses dados, analisá-los, compará-los e produzir um conhecimento novo. Foi essa a minha jornada durante esses dois anos de presidência.

RS – [Antes de começarmos a gravar] você deixou claro que aqui na Unicamp a história oral era mais usada na Faculdade de Educação.

ORDMVS – Começou com grande força [na Faculdade de Educação]. Agora, mais

recentemente, é que ela está sendo incorporada pelo IFCH [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp], por pressão dos próprios alunos de pós-graduação.

RS – Como ficam essas relações institucionais?

ORDMVS – Logo que eu estava aqui na Unicamp, acho que em [19]91 ou 92, eu participei de uma mesa redonda em que o [Edgar] de Decca, que é professor da História,¹³ estava presente. A discussão era metodológica e eu fui com o meu cabedal de conhecimentos da história oral. Ele simplesmente, dentro de uma visão bem tradicional da História, disse que [história oral] não tinha valor nenhum como documento, que era alguma coisa que era muito boa para o jornalismo, mas que em termos da pesquisa histórica não tinha valor. Eu falei: “Bom, eu sou socióloga e eu estou falando como socióloga. Socióloga da Cultura. Para mim tem valor por causa disso...” E entrei com a minha conversa. Ele, nas entrelinhas, colocava que o meu trabalho não tinha valor. Passam-se os anos e ele vai pesquisar o movimento dos espanhóis populares de esquerda lá nos anos [19]30 na Espanha e qual é a possibilidade que ele tem de pesquisa? Documentação – praticamente zero. E aí ele vai se valer da metodologia da história oral para colher os depoimentos dos antigos revolucionários e poder fazer seu trabalho. Isso é coisa de quatro ou cinco anos depois. Para mim, ficou muito claro como nós, na Faculdade de Educação, estávamos alguns pontos à frente da visão que os pesquisadores da área de História do IFCH tinham.

O professor Lapa, que foi um dos professores mais antigos do IFCH, trazido pelo Zeferino Vaz para criar o Departamento de História, tinha uma visão bem mais aberta do que certas pessoas mais jovens do IFCH, tanto que a partir de [19]87, se não me engano, já havia auxiliares de pesquisa trabalhando com ele e pesquisando sobre a história de Campinas a partir de depoimentos orais. Quando eu cheguei aqui [ao Centro de Memória] já existiam alguns depoimentos gravados que ele tinha incentivado esses alunos a fazerem. Apesar de ele ser um especialista em trabalho [lidando] com documentação histórica – trabalhou na Torre do Tombo e tudo mais –, ele não tinha uma posição tão fechada quanto outros colegas. Mais recentemente, grupos de pós-graduação do IFCH pressionaram os professores e eles foram buscar colegas nossos de Pernambuco, de Mato Grosso e de outros locais para fazer palestra e discussão de metodologia da história oral aqui no IFCH, incapazes de reconhecer que dentro da própria Unicamp existiam grupos que vinham trabalhando essa metodologia há muito tempo. Então, essa rixa de departamentos e de institutos permanece.

Quando eu cheguei aqui, trabalhando com essa metodologia [de história oral] e com a fotografia, o curso de Múltiplos Estágios estava sem professores e com problemas de desenvolvimento e eles me pediram para dar algumas disciplinas para a turma de pós-graduação trabalhando justamente com essa questão de oralidade, visualidade, imagem

13 Edgar Salvadori de Decca, professor titular do Departamento de História da Unicamp, faleceu em 2016, cinco anos após a gravação desta entrevista.

fotográfica. Durante uns cinco ou seis anos também fui orientadora de pós-graduação lá no [curso de] Multimeios e trabalhei vários temas interessantes com os meus orientandos lá do IA [Instituto de Artes]. Então eu trabalhava com a turma do IA, com a turma da Educação e com a turma da Gerontologia. Orientava em três espaços diferentes e cheguei a ter 18 orientandos de graduação e pós-graduação [simultaneamente]. Quando o IA conseguiu reconstituir o seu quadro, eu pedi afastamento, porque estava muito pesado. No momento estou bem mais calma, concentrando-me mais na Educação e na Geronto. A Geronto é um curso muito ligado à área da Biologia e da Medicina, e a visão de envelhecimento e da memória dentro do envelhecimento sou eu quem tenho trazido. A professora Neusa [Maria Mendes] Gusmão também trabalhou durante alguns anos lá na Gerontologia, mas se afastou, e a Guita [Grin] Debert, que trabalha também com a questão da memória, também trabalhou durante um ou dois anos, mas quem permaneceu mais tempo fui eu.

RS – Bom, e o carnaval veio da sua avó negra...

ORDMVS – Pois é. Os alemães, por causa do meu sobrenome.

RS – E a Gerontologia?

ORDMVS – Eu fui chamada para integrar a equipe de professores por causa do trabalho da memória com idosos, dentro dessa visão de que o idoso, quando vai perdendo a sua força física e não consegue mais produzir economicamente como produzia na época da juventude e da maturidade, ganha um outro papel dentro dos grupos sociais: de guardião da memória. Ele tem então um papel relevante que, ao ser reconhecido pelo pesquisador que vem da universidade, dá a ele um novo status social no próprio grupo onde vive. A questão da velhice bem-sucedida, que eles tanto lutam para conseguir através das diferentes ciências que trabalham com envelhecimento, pode ser alcançada quando ele reconhece que o seu papel agora é o papel de lembrar, e que ele pode contribuir enormemente para o seu grupo sendo um guardião da memória. É nesse sentido o trabalho feito lá na Geronto.

RS – Isso me lembra de um trabalho [de Ecléa Bosi] que é considerado uma referência, *Memória e sociedade*¹⁴. Qual é a sua visão sobre esse trabalho e a relação dele com o campo da história oral?

ORDMVS – É um dos trabalhos pioneiros, muito importante porque mostra também as diferentes formas de lembrar o passado, sob o ponto de vista da Psicologia, não da

14 Referi-me ao livro de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*, de 1979, no qual a autora desenvolve a argumentação ressonante recuperada por Olga von Simson. Uma leitura sintética das contribuições inescapáveis de Ecléa à história oral no Brasil foi feita por mim, no capítulo “Memória, trabalho, sonho: Um olhar sobre o pequeno” de minha tese de doutorado (Santhiago, 2013a) e, de forma mais sintética (e algo atualizada) no capítulo “Lições de Ecléa” (Santhiago, 2019).

Sociologia e nem da História. Tenho esse trabalho como uma referência nas minhas pesquisas também. Uma das coisas importantes que ela fala é que lembrar não é nostalgia, que lembrar é trabalho! Rememorar é trabalho! Mas, eu tenho problema com ela [Ecléa Bosi], porque desde a criação da Associação Brasileira de História Oral nós várias vezes a convidamos para vir dividir a sua experiência de pesquisa conosco e discutir os seus trabalhos com a gente e ela sempre se recusou. Então, acho que ela não tem, como intelectual, a capacidade de trocar, de discutir e de elaborar em conjunto com os seus pares. Ela fica muito fechada – não sei se por problema de timidez ou por processos que ela viveu –, se nega, na verdade, a interagir com a comunidade que trabalha questões semelhantes às dela. Então, o trabalho eu acho ótimo, maravilhoso, mas com a pessoa eu tenho problema, enquanto com o marido dela [o crítico literário Alfredo Bosi] não. É uma pessoa altamente acessível e se relaciona muito bem. Então a gente encontra, muitas vezes, dificuldades, e no meu papel de presidente da associação de história oral eu senti isso claramente: existem intelectuais [que] não sei se se julgam autossuficientes ou que acham que participar de uma associação ou interagir com seus pares é dispensável. Eu aprendi com a Maria Isaura que é fundamental.

Eu me lembro que eu estava começando o meu trabalho de pesquisa sobre o Carnaval, trabalhando com os jornais do Vale do Paraíba no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A Maria Isaura falou: “Prepare uma comunicação, porque vai ter um encontro no Vale do Paraíba e você vai apresentar o seu trabalho”. Eu falei: “Mas eu estou começando”. [Ela respondeu:] “Não me interessa. Você tem que começar a produzir e começar a dialogar com os seus pares”. Isso foi uma coisa que ela me ensinou desde o começo do processo de trabalho com a pesquisa e com a metodologia da história oral. Nesse ponto ela foi uma formadora de pesquisadores de primeira linha. Na minha atitude com os meus orientandos, eu sigo o modelo que aprendi com a Maria Isaura: desde o começo do processo de pesquisa já começo a indicar quais são as reuniões científicas das quais eles podem participar e devem participar. Acho que é nesse contrapor a sua produção com a produção do outro, responder as perguntas que o outro coloca para o seu processo de pesquisa, que você cresce e começa a enxergar o seu próprio trabalho com outros olhares.

RS – A Unicamp é bastante conhecida por ter um diálogo com a sociedade também no sentido de conexões entre universidade e empresa. Hoje em dia, quando se fala tanto em memória institucional ou memória empresarial, o Centro de Memória recebe esse tipo de demanda? Qual é a posição do CMU?

ORDMVS – Tem. A gente já trabalhou com algumas empresas. Só que eu, nessa época, dirigia o Centro de Memória e colocava a seguinte questão: “Eu aceito trabalhar, recuperar a história da sua instituição, mas tenho que ter a liberdade de ouvir todos aqueles que eu achar que são importantes dentro da hierarquia, desde a telefonista e da faxineira até o diretor. E eu vou começar de baixo para cima. Não vou começar da diretoria, para o trabalho não ficar a serviço dos interesses da diretoria e o [restante] contaminado com

essa visão”. Algumas empresas aceitaram e a gente fez esse trabalho. O Hospital Vera Cruz de Campinas, que é o primeiro hospital privado na cidade – fizemos um trabalho muito bem-feito de recuperação da história desse hospital. Mas outras empresas não aceitaram, queriam ter um certo domínio sobre o processo, para construir uma versão que fosse a versão da diretoria. Aí a gente não desenvolveu o trabalho. A gente deixou de ganhar uma verba significativa para o centro, mas mantivemos a nossa independência.

RS – No organograma da Unicamp este centro está ligado a quê, e de onde vem o recurso para seu funcionamento?

ORDMVS – Está ligado diretamente à Reitoria e é um centro que se liga a outros 23 centros de pesquisa através de uma coordenadoria dos centros de pesquisa que se chama Cocen [Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa da Unicamp, criada em 1998]. Os recursos vêm para a infraestrutura, em termos de funcionários administrativos, telefone, luz e tudo mais, mas as verbas para pesquisa têm que ser conquistadas pelos projetos que a gente desenvolve, junto aos financiadores de pesquisa: seja Fapesp, CNPq, ou até trabalhos com a comunidade e com o financiamento de empresas. Temos uma autonomia, o mínimo para funcionar, mas temos que correr atrás das verbas.

RS – Quando você vai a um congresso ou lê uma revista, o que você tem interesse em ouvir ou ler em termos de história oral?

ORDMVS – O meu trabalho agora tem sido sobre patrimônio imaterial. Estou trabalhando dentro de um projeto grande sobre as fazendas históricas paulistas com um grupo que reúne sete ou oito universidades. Tem turma da engenharia, da arquitetura, da história, e eu fiquei com a parte de patrimônio imaterial por causa da minha tendência em trabalhar com cultura. Agora, então, eu tenho trabalhado muito com esse conceito. Tenho lido muito sobre isso e realizado a coleta de depoimentos tanto de fazendeiros quanto de funcionários dessas fazendas históricas que querem um apoio da universidade para a transformar os espaços das fazendas em espaços turísticos. A minha equipe, que trabalha com imaterial, está ligada à educação patrimonial e à atividade turística. A outra pesquisa que eu venho desenvolvendo, e essa é uma pesquisa individual, é sobre o carnaval de Campinas e do interior do Estado de São Paulo. Tenho trabalhado com principalmente o carnaval negro e com os sambistas que restam ainda na cidade e que representam esse samba rural que existia antigamente na região e que hoje está em processo de desaparecimento. O Carlão, que você conheceu, tem sido uma pessoa fundamental porque ele tem facilidade de integração com a comunidade negra da cidade e é o facilitador desse relacionamento. Já orientei um trabalho de doutorado sobre o samba de Piracicaba, Tietê e Capivari, que é outro espaço de samba rural tradicional, de

uma pesquisadora e historiadora negra da zona de Itu e que soube construir uma relação muito boa com esses grupos de samba do interior do Estado de São Paulo.

E tem um grupo de jovens músicos e ex-alunos do curso de música brasileira aqui do IA que criaram um grupo de samba chamado Cupinzeiro. Os dois Eduardos, o Eduardo Elísio Maria e o Eduardo Fiorucci, foram meus orientandos. Hoje eles estão na Ufscar como professores do curso de música, mas a turma do Cupinzeiro sempre trabalhou junto comigo e eu organizei uma espécie de palestra sobre o samba paulista do interior do Estado de São Paulo. Eu narro a história desse samba e eles ilustram com os sambas tradicionais e depois com as composições mais recentes que fazem baseados nessa tradição sambística do Estado de São Paulo. A história [falsa] é que São Paulo não tem samba, como disse o Vinícius de Moraes, e ele na verdade tem uma tradição muito antiga e muito forte gerada nas fazendas de café, primeiro no meio do mato e depois sendo aceita por alguns fazendeiros. O Barão Geraldo Rezende era um dos que aceitavam. Esse trabalho com o samba, que é na verdade continuação do trabalho sobre o carnaval, tem trazido uma repercussão e uma alegria muito grandes. Essa palestra ilustrada musicalmente eu já fiz em mais de 40 lugares diferentes por Minas e pelo interior do Estado de São Paulo, e ela é sempre muito bem aceita, porque vem uma outra força.

RS – Deve ser muito interessante! Você sempre gostou de ouvir histórias ou isso surgiu do ofício?

ORDMVS – Bom... Eu sou a primeira neta dos dois lados [paterno e materno] e sempre fui uma pessoa que não gostava de dormir. Sou mais noturna do que diurna. Então, desde a minha primeira infância, ou a música ou a história eram um fator para me fazer adormecer. Meu pai, que tinha uma voz grave e muito boa, sempre cantava para me fazer adormecer, e a minha mãe, apesar de ser uma professora de matemática, relatava muito bem e também se valia das histórias para me levar a adormecer. Cresci nessa coisa de ouvir histórias e de ouvir músicas, e esse era um momento especial do dia, porque eu tinha atenção total do adulto ou para narrar ou para cantar. Acho que isso está por trás até do caminho que escolho para relatar os resultados da pesquisa – pensando numa palestra musicada em que a música ajuda a narrar o fato histórico que eu estou querendo reconstruir.

RS – Coerência total! [risos]

ORDMVS – Você precisa chegar numa certa idade para conseguir compreender essas coisas.

Referências

BOEKHOFF, Julie. From the Power Structures of a Leadership Council to an Elected

Board: A History of the Network until 1996. In: ARP, Agnès; LEO, Annette; MAUBACH, Franka (Org.). *Giving a Voice to the Oppressed? The International Oral History Association as an Academic Network and Political Movement*. Berlin: De Gruyter, 2018. p. 97-142.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

HYLTON, J. Gordon. Before the Redskins were the Redskins: The Use of Native American Team Names in the Formative Era of American Sports, 1857-1933. *North Dakota Law Review*, v. 86, n. 4, p. 879-903, 2010.

MORAIS, Wilson Rodrigues de. *Escolas de samba de São Paulo (Capital)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*, v. 22, p. 9-36, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Histórias de vida e depoimentos pessoais. *Sociologia*, v. 15, n. 1, p. 8-24, 1953.

SANTANA, Marco Aurélio; ALBERTI, Verena. Entrevista com Marieta M. Ferreira. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 165-76, 2001.

SANTHIAGO, Ricardo. *Entre a harmonia e dissonância: História oral de vida de cantoras negras brasileiras*. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2009.

SANTHIAGO, Ricardo. História oral e história pública: Museus, livros e a “cultura das bordas”. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (Org.). *Depois da utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz; Fapesp, 2013b. p. 131-40.

SANTHIAGO, Ricardo. Lições de Ecléa. In: HERMETO, Miriam; AMATO, Gabriel; DELLAMORE, Carolina (Org.). *Alteridades em tempos de (in)certeza: escutas sensíveis*. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 165-78.

SANTHIAGO, Ricardo. *Método, metodologia, campo: a trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, SP, 2013a.

SANTHIAGO, Ricardo. *Solistas dissonantes: história (oral) de cantoras negras*. São Paulo: Letra e Voz, 2009b.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. *Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano (1914-1988)*. São Paulo/Campinas: Edusp; Imprensa Oficial; Editora da Unicamp, 2007.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Diversidade sócio-cultural, reconstituição da tradição e globalização: os teuto-Brasileiros de Friburgo-Campinas. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org.). *Família em São Paulo: vivências na diferença*. São Paulo: CERU, 1997. p. 63-75.

Recebido em 26/08/2024

Versão final reapresentada em: 27/08/2024

Aprovado em: 29/08/2024